

# Método do fato histórico novo

---

ALEXANDRA STROMMER DE FARIAS GODOI

Qual o papel do método histórico na teoria econômica, em contraposição ao método lógico-dedutivo? Qual a sua relação com o conceito de ideologia e de campo científico? Tal discussão é proposta por Bresser-Pereira no texto “Os dois métodos da teoria econômica”.<sup>1</sup> Inicialmente, definirei as bases de cada um dos métodos e explicitarei os procedimentos por eles usados na busca da verdade científica. Posteriormente, avaliarei a aplicabilidade de cada método ao estudo e desenvolvimento da teoria econômica. A seguir, farei uma análise crítica sobre o alcance de cada método e as dificuldades que encontram, com uso da bibliografia sobre epistemologia, concluindo com comentários sobre sua relação com os conceitos de ideologia e campo científico.

## Motivação

A preocupação de Bresser-Pereira com a existência de dois métodos na teoria econômica se origina de sua visão de verdade. Em sua opinião, a

---

<sup>1</sup> Bresser-Pereira, 2003.

verdade é concreta, alcançável, e não subjetiva como prega o relativismo. Bresser-Pereira reconhece, entretanto, as limitações de nossa capacidade de conhecê-la e a dificuldade que encontramos em sua procura, justificando uma posição realista, porém modesta, especialmente para as ciências sociais. Em seu texto “Teorias sobre a verdade”,<sup>2</sup> o autor resume:

Eu, por exemplo, embora cientista social, me considero um realista mesmo em relação a verdades sociais. Mas não tenho dúvida que meu realismo deve ser mais modesto do que o realismo com que encararia as ciências naturais se tivesse competência para pesquisá-las.

Essa visão realista modesta permite que Bresser-Pereira entenda como legítimas abordagens ou teorias econômicas inconsistentes entre si, no caso as escolas neoclássica, clássica e keynesiana, já que cada uma delas explica, melhor que as outras, algum aspecto do sistema econômico.

Pode-se dizer que Bresser-Pereira adota uma visão semelhante ao que Victoria Chick (2004) define como “sistema aberto” para a teoria econômica. Como a realidade é complexa, e o sistema econômico está interligado a diversos outros sistemas, como a política, a história, a sociologia etc., a melhor maneira de analisar esse sistema aberto seria utilizar-se de subsistemas fechados sucessivos, cada qual adequado para um objeto de estudo específico, mas sempre consciente das inter-relações existentes entre sistemas e das hipóteses simplificadoras adotadas.

A partir desse arcabouço teórico, Bresser-Pereira toma uma posição pragmática e defende a existência de dois métodos legítimos para o estudo da economia: o método histórico-dedutivo, ou do fato histórico novo, que seria adequado para a teoria do desenvolvimento econômico e a macroeconomia; e o método hipotético-dedutivo, aistórico, utilizado pela microeconomia, ou, mais especificamente, pela teoria de equilíbrio geral.

---

<sup>2</sup> Bresser-Pereira, 2004. Trata-se de uma apostila que o autor usa em seu curso Metodologia Científica para Economistas, na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

## Os dois modelos e suas definições

O *Dicionário Houaiss* define “hipotético-dedutivo” como método “que extrai dedutivamente as conseqüências lógicas de axiomas (diz-se do método ou *raciocínio matemático*)”, ou alternativamente “que parte de hipóteses explicativas, buscando deduzir as conseqüências e verificar sua realidade empírica (diz-se de métodos ou procedimentos nas *ciências experimentais*)” (grifo meu). Parece interessante constatar a relevância que este método assumiu recentemente no ramo da economia, dado que ela não é, *a priori*, nem matemática em sua essência (apesar da importância da matemática como um dos instrumentos para a análise econômica) nem fundamentalmente experimental. Ao contrário, a experimentação na economia encontra sérios obstáculos de ordem prática, entre os quais a impossibilidade de se controlar o ambiente de análise e isolar o objeto de estudo.

Neste contexto, cabe a exemplificação metafórica de Bresser-Pereira (2003) de que a microeconomia senta-se em sua poltrona, pressupõe que o agente econômico maximiza seus interesses econômicos e, a partir daí, deduz lógica e matematicamente todo o seu modelo. O método histórico, ou histórico-dedutivo, na sua definição, requer que o problema econômico que se pretende estudar seja situado na história. Isto é, que seja situado no conjunto de relações não apenas econômicas mas também sociais, culturais, políticas e institucionais que definem o processo e cada momento histórico. O método histórico vem sempre sendo usado pelos filósofos e cientistas sociais, desde Aristóteles até os pragmáticos americanos, desde Maquiavel até Marx. O método histórico proposto por Bresser-Pereira, entretanto, é específico – é o “método do fato histórico novo”. Este método, que não é um método de verificação mas de descoberta da verdade, propõe que se identifiquem fatos históricos novos que mudaram a realidade anterior. Seu pressuposto é o de que a realidade econômica até aquele momento estava razoavelmente bem estudada e analisada, mas os fatos novos exigem uma análise, que será tão mais inovadora quanto maior for a mudança econômica e social causada pelo fato. A partir daí, buscam-se empiricamente novas

regularidades, indaga-se sobre as motivações racionais dos novos comportamentos e reúnem-se elementos para construir a nova teoria e testá-la.

As explicações racionais, porém, viriam posteriormente, de forma propositalmente *ad hoc*. Depois de situar os problemas no campo histórico e buscar regularidades que permitam definir fatos estilizados e modelos teóricos, seria desejável, de acordo com Bresser-Pereira, submeter o modelo à crítica das motivações racionais. Assim, o método essencialmente é o do fato histórico, que usa também a dedução, mas sua pedra fundamental é análise da realidade. A busca de microfundamentos, por exemplo, que seria por definição um instrumental hipotético-dedutivo, é legítima na economia, mas, no caso da macroeconomia e das análises concretas da realidade econômica, deve ocorrer em um segundo momento, para que se possam estabelecer os mecanismos explicativos das relações macroeconômicas observadas, fortalecendo a teoria.

### Aplicabilidade de cada método

Como dissemos anteriormente, a princípio os dois métodos são legítimos. No caso da economia, o método hipotético-dedutivo levou ao surgimento dos modelos de equilíbrio geral e do equilíbrio parcial de uma economia de mercado, enquanto o método histórico permitiu a formulação do modelo clássico de teoria do desenvolvimento econômico, e do modelo macroeconômico.

Entretanto, a tentativa de usar um modelo hipotético-dedutivo, fechado e aistórico (como a teoria do equilíbrio geral) para explicar o funcionamento do sistema econômico como um todo seria, para Bresser-Pereira, equivocada. Dada a grande complexidade do objeto de estudo, que trabalha com uma realidade em constante mutação, seja de caráter tecnológico, político ou institucional, torna-se essencial a busca de uma teoria mais flexível, que se renove continuamente para adaptar-se à nova realidade. O mais próximo deste processo que a teoria neoclássica pode oferecer é, na visão de Bresser, a análise de equilíbrios estáticos, o que seria claramente insuficiente.

O método hipotético-dedutivo em economia se baseia no individualismo metodológico, enquanto o método histórico é holístico, e supõe que o

todo não é a simples soma das partes, mas um organismo mais complexo onde existem relações, externalidades e sinergias. O modelo hipotético-dedutivo parte de axiomas ou pressupostos rígidos (como é o caso dos pressupostos de racionalidade e competição perfeita no modelo neoclássico), que são difíceis de relaxar. Já os modelos históricos permitem maior flexibilidade, dispensando o emprego de premissas tão rígidas. Adicionalmente, o modelo hipotético-dedutivo, particularmente o de equilíbrio geral, trabalha em um alto nível de abstração, gerando previsões igualmente abstratas com pouca adequação às necessidades mais concretas da política macroeconômica e de desenvolvimento. De acordo com Bresser-Pereira: “No modelo de equilíbrio geral não há compromisso com a realidade. É esta que deverá se adaptar ao modelo”. Isto gera um modelo excessivamente geral, que, “procurando explicar todos os processos econômicos, acaba não explicando adequadamente nenhum”.<sup>3</sup>

Uma decorrência natural do alto nível de abstração usado pela teoria neoclássica é a busca incessante de um grau cada vez maior de formalização, até o ponto em que a formalização se confunde com a própria teoria. Vários autores criticaram esse procedimento,<sup>4</sup> ressaltando o fato de que a formalização matemática é freqüentemente usada como um critério de verdade científica *per se*, enquanto na verdade representa apenas uma ferramenta legítima para o desenvolvimento intelectual, e uma arma de retórica importante, sem manter necessariamente uma aderência maior com a realidade. Levado ao extremo, o culto à formalização resulta em modelos excessivamente simplificadores da realidade, que geram resultados lógicos que são absorvidos como verdades científicas, sem que seja feito um questionamento mais cauteloso sobre sua aplicabilidade. O método hipotético-dedutivo seria, assim, de cunho neopositivista, e sua validação se basearia fundamentalmente na capacidade de convencimento das hipóteses utilizadas e no grau de consenso que se forma em volta delas. Citando

---

<sup>3</sup> Bresser-Pereira, 2003:7.

<sup>4</sup> McCloskey, 1983; e Blaug, 1980.

Schumpeter (1954) em sua crítica ao uso de modelos excessivamente abstratos, o resultado seria “uma teoria excelente que não pode ser refutada, e à qual nada falta exceto sentido”. Já o método histórico seria realista, e sua validação *a posteriori* estaria ligada a pesquisas empíricas, acerto de previsões e, particularmente, à sua capacidade de permitir a formulação de políticas adequadas.

Por fim, utilizando a definição de Arida (1996), podemos dizer que um modelo hipotético-dedutivo, por construção, se encaixa em um modelo *hard science*, já que, sendo construído a partir de hipóteses ou proposições “externas”, tais como a maximização do agente representativo na teoria neoclássica, deduzindo toda a teoria a partir daí, parece natural que o conceito de fronteira do conhecimento esteja presente de forma muito acentuada. Uma evolução teórica aceita suplantaria completamente o estágio anterior da teoria. A “verdade” poderia ser conhecida tão-somente a partir da última versão da teoria, não havendo necessidade de retrilhar os “erros e acertos” que levaram a ela.

### Aspectos teóricos e dificuldades

A utilização de um modelo histórico-dedutivo representa, em geral, um desafio intelectual maior para os cientistas do que a aplicação de modelos hipotético-dedutivos. Em primeiro lugar, a observação da realidade e a identificação de fatos históricos novos, que é o ponto fundamental a partir do qual se desenvolve um modelo histórico legítimo, pode ser bastante arduosa. A mente não é um papel em branco, mas enxerga o mundo através de filtros repletos de valores, experiências prévias, ideologias, interesses etc. Este ponto será abordado em mais detalhe em “Ideologia e campo científico” onde tratamos mais especificamente de ideologia, já que ela está presente, obviamente, não só no método histórico, mas também no hipotético-dedutivo, embora de forma mais velada. Além disso, por ser a realidade econômica um sistema incrivelmente complexo, é impossível para a mente humana abarcá-lo como um todo de uma só vez. Assim, para desenvolvermos um modelo útil, temos de selecionar aspectos da realidade que consi-

deramos essenciais, ignorando outros. É o eterno dilema entre simplicidade e realismo do qual não conseguimos escapar. E, quando aplicamos um critério subjetivo qualquer para delimitar o escopo do nosso modelo, ou a “parte” da realidade que abarcaremos, estamos sempre colocando algum tipo de viés, maior ou menor, em nosso modelo.

Blaug (1980) mostra que não podemos fazer generalizações indutivas a partir de uma série de observações porque, no momento em que selecionamos certas observações entre o número infinito de observações possíveis, teremos já optado por um ponto de vista, e este ponto de vista é por si mesmo uma teoria, não importa quão crua e pouco sofisticada. Assim, não haveria fatos “brutos”, e todos os fatos estariam carregados de teorias. Mesmo admitindo que tenhamos conseguido selecionar os fatos históricos novos que sejam relevantes para a análise do problema escolhido, e desenhar um “quadro” legítimo e relativamente imparcial da realidade estudada, temos ainda de superar o problema da indução, bem ilustrado através do famoso exemplo dos cisnes brancos. Mesmo que todos os cisnes que tenhamos encontrado até hoje sejam brancos, não temos condições de afirmar com certeza que “todos os cisnes são brancos” sem que tenhamos observado todos os cisnes do mundo, esgotando nossa amostra no tempo e no espaço, o que é obviamente impossível.

Para Popper,<sup>5</sup> a vida estaria cheia de exemplos *prima facie* de indução, mas ele nega que estes sejam realmente generalizações não contaminadas por palpites prévios. Em Popper, a indução não seria um argumento lógico válido; apenas a lógica dedutiva possui o que os lógicos chamam de argumentos demonstrativos, pelos quais premissas verdadeiras sempre levam a conclusões verdadeiras. Mas é importante ressaltar que Popper criticava a indução como um argumento lógico demonstrativo, não a indução como uma tentativa não-demonstrativa de confirmar uma hipótese.

Para evitar esta armadilha da indução, Bresser-Pereira propõe que o método histórico seja, além de por definição indutivo, também dedutivo,

---

<sup>5</sup> Apud Blaug, 1980.

reconhecendo assim a necessidade de se quebrar o ciclo *ad infinitum* da indução, com a imposição de premissas a partir das quais é possível tirar conclusões lógicas. Este procedimento é bastante diferente, entretanto, do usado pelo método puramente hipotético-dedutivo, já que as premissas vêm de uma cuidadosa observação da realidade e não são fundamentalmente apriorísticas.

A coexistência entre indução e dedução pode parecer paradoxal, mas Blaug (1980) nos explica que isto ocorre porque comumente entendemos dedução e indução como operações mentais opostas, com a dedução nos levando do geral para o particular, e a indução, do particular para o geral. Conforme definições do *Dicionário Houaiss*, dedução seria o “processo de raciocínio através qual é possível, partindo de uma ou mais premissas aceitas como verdadeiras, a obtenção de uma conclusão necessária e evidente”. Já indução seria um “raciocínio que parte de dados particulares (fatos, experiências, enunciados empíricos) e, por meio de uma seqüência de operações cognitivas, chega a leis ou conceitos mais gerais, indo dos efeitos à causa, das conseqüências ao princípio, da experiência à teoria”. O contraste relevante, entretanto, conforme ressalta Blaug, nunca é entre dedução e indução, mas entre inferências demonstrativas que são certas, e inferências não-demonstrativas que são precárias. Blaug sugere o uso da palavra “abdução” (*adduction*) para estilos não-demonstrativos de argumentação vulgarmente chamados de indução.

Não existiria assim indução demonstrativa, e abdução não seria de forma alguma o oposto de dedução, mas um tipo de operação mental totalmente diferente. Abdução seria a operação não-lógica de saltar do caos que é o mundo real para um palpite ou conjectura tentativa sobre a relação verdadeira que existe entre um conjunto de variáveis relevantes. Como esse salto se dá pertence ao contexto da descoberta, enquanto a filosofia da ciência está preocupada essencialmente, nas palavras de Blaug, com o próximo passo do processo, ou seja, como conjecturas iniciais se convertem em teorias científicas, prendendo-as em uma estrutura mais ou menos bem costurada, e como estas teorias são então confrontadas com observações. Em resumo, ele diz que a ciência não é baseada na indução, mas na abdução seguida de dedução.

Nestes termos, as definições dos dois métodos de Bresser-Pereira conteriam uma tentativa de abarcar os dois campos: da descoberta e da justificação. Não só no âmbito da descoberta os dois modelos utilizariam a abdução de forma distinta – o modelo histórico enfocando a observação da realidade de forma holística e o modelo hipotético-dedutivo se baseando no comportamento individual dos agentes –, mas também no âmbito da justificação eles teriam critérios de validação distintos, como apresentado em “Aspectos teóricos e dificuldades”. Por fim, depois de solucionada a dinâmica indução-dedução, deve-se evitar o risco de incorrer em determinismo, de inferir causalidades rígidas, tidas como perfeitas e lógicas, ignorando irregularidades não previstas.

### Ideologia e campo científico

O conceito de ideologia, de acordo com o *Dicionário Houaiss*, pode ser definido como um “sistema de idéias (crenças, tradições, princípios e mitos) interdependentes, sustentadas por um grupo social de qualquer natureza ou dimensão, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos”. No marxismo, ideologia representa mais especificamente o fato de que o conjunto de idéias presentes nos âmbitos teórico, cultural e institucional das sociedades não poderia ser compreendido isoladamente ou a partir de um “desenvolvimento da mente humana”, mas teria origem materialista, ou seja, nas necessidades e interesses inerentes às relações econômicas de produção.<sup>6</sup> As relações de produção predominantes num determinado estágio de desenvolvimento econômico constituiriam a estrutura da sociedade, sua fundação, a partir da qual surgiria uma superestrutura legal e política, e formas de consciência social correspondentes. Marx afirma: “*It is not the consciousness of men that determines their existence, but their social existence that determines their consciousness*”. Neste mesmo contexto, a ciência estaria permeada de interesses, e sujeita a dinâmicas moldadas no âmbito das relações de produção.

---

<sup>6</sup> Ver Hausman (1994) e Marx (1981).

Segundo Schumpeter (1948), Marx foi o primeiro a transformar esta relação de interdependência entre ciência e outros aspectos da história social em dependência da primeira em relação à estrutura social. O ambiente em torno do cientista (onde e em que época vive) determinaria o que ele vê e como ele vê. Seria uma espécie particular de relativismo, de acordo com Schumpeter, que condiciona socialmente a escolha da problemática e a abordagem utilizada. Este efeito seria mais forte nas ciências sociais do que nas ciências da natureza porque o objeto de estudo destas varia mais fortemente de lugar para lugar e ao longo do tempo. Este elemento a mais – que permite o questionamento de descobertas não somente nas bases segundo as quais as proposições de todas as ciências são avaliadas, mas também de acordo com um critério adicional segundo o qual a verdade não pode ser determinada sem que se explicita a afiliação de classe do cientista – Schumpeter chama de viés ideológico. Schumpeter afirma que a prática da ciência em si não exige que nos dispamos de julgamentos de valor ou renunciemos à advocacia de algum interesse específico. Investigar fatos ou desenvolver ferramentas para fazê-lo seria coisa distinta e não conflitante com avaliá-las sob um ponto de vista moral ou cultural. Assim, seria possível fazer um trabalho analítico honesto na defesa de algum interesse: “*advocacy does not imply lying*”.

Entretanto, a ideologia traria um problema mais complexo. Como coloca Schumpeter, “*ideologies are not simply lies; they are truthful statements about what a man thinks he sees*”. Assim, nenhum cientista seria capaz de despir-se da ideologia, como uma maldição inescapável, e, mesmo admitindo sua existência, teria de evitar a armadilha em que o próprio Marx se teria colocado: de ver ideologia somente nos outros, nunca em si mesmo. Reconhecendo-se a existência da ideologia, o passo seguinte seria tentar localizá-la, o que, de acordo com Schumpeter, deveria ser feito através da escrutinação do procedimento científico. A ideologia poderia ser confinada à visão original do fenômeno que estamos sujeitando ao tratamento científico, já que o procedimento científico em si pode ser controlado de forma objetiva. Schumpeter afirma:

*the original vision is ideology by nature and may contain any amount of delusions traceable to a man's social location, to the manner in which he wants to see himself or his class or group and the opponents of his own class or group.*

Analisando o papel da ideologia em Adam Smith, Marx e Keynes, Schumpeter conclui que as idéias que não podem ser controladas analiticamente têm um papel exclusivamente no âmbito dos conceitos básicos do processo econômico como um todo, e que constituem o pano de fundo a partir do qual o esforço analítico se dá, e do qual é impossível compreender mais do que segmentos. Assim, não seria possível se fazer ciência isenta de ideologia.

Já Bourdieu, embora mais influenciado por Marx que Schumpeter, não gostava do conceito de ideologia elaborado por Marx, que seria cartesiano, promovendo uma “clivagem entre o cientista e o outro” e dando excessiva ênfase à atividade consciente. Ele utiliza o conceito de doxa, que seria menos voluntarista. O conceito de campo científico foi construído por Bourdieu como um espaço de luta social:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade, que é socialmente outorgada a um agente determinado).<sup>7</sup>

O trecho sintetiza bem a visão de Bourdieu, que traz a problemática levantada em nível mais filosófico e social pelo conceito de ideologia a uma instância quase individual. Para Bourdieu, o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse. Os cientis-

---

<sup>7</sup> Bourdieu, 1983.

tas buscariam um tipo de autoridade ou prestígio específico, a saber, o reconhecimento de seus pares-concorrentes. A busca desses objetivos individuais, embora egoístas, teria um efeito positivo de propulsionar o avanço da ciência, entendida como procura da verdade, através de uma espécie de mecanismo de “mão invisível” smithiano.

A figura do campo científico como meio onde essa autoridade é conferida é importante porque a competência científica é socialmente reconhecida. Não seria possível dissociar capacidade técnica pura de representação social. Os julgamentos sobre capacidade técnica estariam sempre contaminados por fatores sociais, como a posição de um determinado cientista na hierarquia do campo. Assim, é o campo científico que “designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas”. Bourdieu conclui: “Não há escolha científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados (...) – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes”.

Para Bourdieu, a evolução da ciência se daria nesse ambiente de luta desigual entre agentes diversamente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz. Por um lado, haveria instâncias de consagração (academias, prêmios, revistas) que consagram produções conformes aos princípios da ciência oficial, oferecendo continuamente o exemplo do que merece o nome de ciência e exercendo uma censura sobre “produções heréticas”. Entretanto, a ciência normal, usando o termo de Kuhn (1962), só procura resolver os problemas suscetíveis de serem colocados nos limites da problemática estabelecida, ou “só resolve os problemas que pode colocar, ou só coloca os problemas que pode resolver”. Assim, haveria também espaço para estratégias de “subversão” por parte dos menos dotados de capital específico, que em certos casos resultariam em “in-

venções heréticas”, levantando problemáticas novas. Se essa luta de interesses ocorre nas ciências naturais, ela tenderá a ser muito mais intensa ainda no campo das ciências sociais, como a economia. Bourdieu explica que as ciências sociais não têm tanta autonomia como ciências naturais porque “o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política”. Assim, as posições na luta interna nas ciências sociais jamais podem atingir o grau de independência com relação às posições nas lutas externas que se observam no campo das ciências da natureza.

Um exemplo desse tipo de movimento, aplicado à economia, pode ser encontrado em Bresser-Pereira, ao tratar da predominância da economia neoclássica no campo econômico hoje.<sup>8</sup> A teoria neoclássica, em sua busca da racionalidade perfeita, seria um “instrumento ideológico a serviço de uma classe empresarial liberal que ainda se sente obrigada a demonstrar a superioridade das economias de mercado sobre as economias estatais ou de comando, embora isto já esteja claro para os economistas de todas as escolas”. Bresser-Pereira prossegue com uma análise histórica da ascendência da escola neoclássica após a crise, nos anos 1970, do Estado do bem-estar ou social-democrático.

Uma crítica na mesma linha pode ser encontrada em McCloskey, para quem o credo do Método Científico para a Economia Modernista é um amálgama de positivismo lógico, behaviorismo, operacionalismo e modelo hipotético-dedutivo de ciência. McCloskey afirma:

*Modernism promises knowledge free from doubt, metaphysics, morals, and personal conviction; what it delivers merely renames as Scientific Method the scientist's and especially the economic scientist's metaphysics, morals, and personal convictions.*<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Bresser-Pereira, 2003:9.

<sup>9</sup> McCloskey, 1983.

McCloskey ressalta que mesmo os testes empíricos não são isentos de ideologia, e esta é, na maior parte das vezes, a própria fonte que gera uma demanda de testes. Segundo Ronald Coase, para que uma teoria econômica seja testada, é necessário que alguns economistas se importem o suficiente para fazê-lo, ou seja, que acreditem nela.

Blaug diz que os economistas neoclássicos não fazem o que pregam, isto é, pregam a importância de se submeter as teorias a testes empíricos, mas sua prática sugere que seu intento é meramente um “falsificacionismo inócuo”. “Quando a predição do economista é condicional, ou seja, baseada em condições especificadas, mas não é possível checar o cumprimento de todas as condições estipuladas, a teoria em questão não pode ser rejeitada qualquer que seja o resultado observado.”<sup>10</sup>

Neste sentido, os testes são mais ilustrações do que verificações. Para Blaug, a pesquisa empírica feita pela economia neoclássica seria como “jogar tênis sem a rede”: em vez de tentar refutar predições testáveis, os economistas gastam muito tempo mostrando que o mundo real confirma suas predições. Assim substituem o falseamento, que é difícil, pela confirmação, que é fácil.

Vemos, por exemplo, que a “ortodoxia convencional” – o nome que Bresser-Pereira dá às idéias dominantes sobre política econômica para os países em desenvolvimento – quer mostrar-se objetiva e isenta de ideologia quando isso não é possível. Seria melhor admitir o inevitável, criando mecanismos mais eficientes para lidar com ela. Neste aspecto, o modelo histórico parece abrir espaço para tratar estes problemas de forma mais honesta. Para Bresser-Pereira, as condicionantes ideológicas são inevitáveis. Os economistas e os cientistas políticos, principalmente, estão sujeitos às influências ideológicas na medida em que discutem a distribuição de renda e o poder. O essencial não é ficar acima das ideologias – já que isto é impossível –, mas reconhecê-las à sua volta e em si próprio, e tentar controlá-las. A mensagem que Bresser-Pereira tira dos conceitos de ideologia e campo científico

---

<sup>10</sup> Blaug, 1980.

é de cautela, e modéstia. É imprescindível que mantenhamos uma capacidade crítica aguçada ao estudarmos qualquer teoria econômica, particularmente aquela que nos é vendida como fronteira, ou *mainstream*, para que identifiquemos suas limitações, os interesses e as ideologias que a moldaram. Concluirei com uma enfática frase de Bourdieu sobre o assunto:

A idéia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da representação dominante do mundo social.<sup>11</sup>

### Referências bibliográficas

- ARIDA, Persio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, José Marcio (Org.). *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BLAUG, Mark. *The methodology of economics or how economists explain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu – sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos da teoria econômica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. *Anais...* Florianópolis, 19-20 jun. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Teorias sobre a verdade*. São Paulo, 2004. (Texto de apoio para a disciplina Metodologia Científica para Economistas, do Curso de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.)
- CHICK, Victoria. An open system. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 24, n. 1, p. 93, 2004.
- FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. In: \_\_\_\_\_. *Essays in positive economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

---

<sup>11</sup> Bourdieu, 1983.

- HAUSMAN, Daniel M. *The philosophy of economics: an anthology*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. [1962]. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programs. In: \_\_\_\_\_; MUSGRAVE, Alan (Eds.). *Criticism of the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- MARX, Karl. *A contribution to the critique of political economy*. New York: International Publishers, 1981.
- MCCLOSKEY, Donald N. The rhetoric of economics. *Journal of Economic Literature*, v. 21, 1983.
- POPPER, Karl R. *The logic of scientific discovery*. London: Hutchinson, 1959.
- \_\_\_\_\_. O realismo e o objetivo da ciência. Lisboa: Dom Quixote, 1997. Pós-escrito de *A lógica da descoberta científica*, publicado originalmente em 1982.
- SCHUMPETER, Joseph A. *History of economic analysis*. Oxford: Oxford University Press, 1954.
- SKINNER, Quentin (Ed.). *The return of grand theory in the human sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. *The development economics*. Oxford: Oxford University Press, 1961.
- \_\_\_\_\_. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil – Usaid, 1964. 3 v.
- \_\_\_\_\_. Science and ideology. [1948]. In: HAUSMAN, Daniel M. (Ed.). *The philosophy of economics: an anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.